

# **Apresentação** **UMA OBSERVAÇÃO, UM COMENTÁRIO** **E O CONVITE**

**REGINALDO SOUZA SANTOS**  
**FÁBIO GUEDES GOMES**

**É** preciso ser compreendido sem constrangimentos pelo militante deste novo campo que o nosso trabalho é sempre guiado pelos nossos valores, pelas nossas crenças, pelas nossas ideologias; enfim, somos, sempre, orientados por uma larga subjetividade e, exatamente por isso, estamos sempre propensos a estar normatizando (mudando de curso) o que nos pareça fora da direção que imaginamos ser a mais correta, a mais justa, segundo o nosso propósito e moral. Sendo assim, estamos muito distantes daquilo que a nossa “ vaidade intelectual ” quer impor que sejamos: produtores de um conhecimento resultado de uma razão científica, limitado às atividades de observar, expor e explicar — cuja natureza é mais própria das chamadas *hard sciences*.

Embora não deixando de despender esforços na atividade acima — de construir uma teoria interpretativa do nosso campo de investigação —, a tarefa que parece mais adequada seja aquela que, de posse das explicações mais sinceras acerca das mazelas da sociedade, se preocupe em encaminhar, aconselhar e dirigir as soluções para o enfrentamento dos problemas que nos perturbam neste momento da trajetória do capitalismo. Devemos nos sentir engrandecidos em nos caber a tarefa de integrar os atos de pensar e agir. Numa palavra, a sugestão, aqui, vai em direção de que mudemos nosso hábito de construir um pensamento social crítico — até porque o resultado do trabalho não deve servir, apenas, aos nossos interesses; a sociedade (no seu conjunto) é mais necessitada do que cada um de nós individualmente!

David Harvey, no seu último livro,<sup>1</sup> que trata das mesmas preocupações que as nossas nesta breve apresentação, diz que, para explicar melhor

---

<sup>1</sup> David Harvey. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

as crises periódicas, precisamos de uma compreensão muito melhor daquela que possuímos hoje de como o capitalismo funciona. Segundo ele

O problema é que as teorias e ortodoxias econômicas que, manifestamente, não conseguiram prever a crise continuam informando os nossos debates, dominando o nosso pensamento e fundamentando a ação política. Sem desafiar essas concepções mentais dominantes não pode haver alternativa [. . .] que não seja um retorno frustrado ao tipo de capitalismo que nos levou a essa bagunça [. . .].<sup>2</sup>

Completando o seu raciocínio, o teórico inglês indaga: “Como, então, podemos compreender a propensão a crises do capitalismo e por quais meios poderíamos identificar uma alternativa?” O autor afirma que essas são questões iniciais que animam as análises que vão ser procedidas ao longo do seu livro.

Decerto que, aqui, a última das questões “[. . .] e por quais meios poderíamos identificar uma alternativa?” é o que nos anima para apresentar os textos que compõem a **Rebap** em sua oitava edição. Sendo assim, não queremos construir uma alternativa com base num diagnóstico que nos é dado; queremos construir uma alternativa do como fazer a partir do que nós conhecemos, pensamos e explicamos nossa realidade.

Embora se fale muito como causas da crise temas variados — que vão desde regras flexíveis que regulavam e “regulam” os mercados, passando por déficits públicos, chegando ao desemprego, seja na sua forma mais estrutural (o dito desemprego tecnológico) ou mais conjuntural (decorrente da falta de demanda efetiva) — porém, pouco ou nada se vê ou se ouve falar sobre graves distúrbios na distribuição de renda mundial. Se se quer, verdadeiramente, discutir esta crise do capitalismo e identificar uma alternativa, a distribuição de renda e de riqueza tem de ganhar centralidade.

Não dá para alguém imbuído de sinceridade ignorar que esta etapa da trajetória de expansão capitalista é a que experimenta o mais violento processo de produção e concentração da renda e da riqueza. Do ponto de vista pessoal, os mais abastados passaram a ter uma participação maior na riqueza total do tinham há quarenta anos.

---

<sup>2</sup> Harvey (2011, p. 40).

Do ponto de vista do capital, o processo de concentração e centralização é algo tão extraordinário que foge aos parâmetros da própria lógica capitalista conhecida até a primeira metade do século XX. Do ponto de vista espacial (ou geográfico, como costumeiramente chama Harvey), a situação não é diferente; fez-se uma opção (guiada pelo imediatismo do ganho e, provavelmente, inconsciente dos efeitos deletérios de longo prazo pela escolha desse caminho) de buscar ampliar a massa de lucro e a rentabilidade não pela incorporação de novas fronteiras de expansão, necessariamente, mas recriando possibilidades de ganhos dentro dos próprios espaços capitalistas. Os fatores decisivos que levaram a essa decisão são: *a*) financiamento do Estado motivado pelas altas taxas remuneradoras dos títulos da dívida pública; *b*) as oportunidades de ganhos motivadas pelos negócios associados a compras/vendas, fusões, incorporação de empresas e, principalmente, as privatizações — espaços capitalistas mais privilegiados para expansão e acumulação dos grandes capitais.<sup>3</sup>

Esse movimento da desinstitucionalização parcial do Estado e a redução da sua capacidade de produção e de intermediação diminuíram sobremaneira a capacidade gestonária com a consequente desorganização das relações sociais de produção, realização e distribuição. Com isso e mais a reserva de recursos fiscais para garantir os rendimentos dos credores, estão acabando de dismantlar de vez o pouco que ainda resta dos programas de cobertura social — o que está levando a uma luta política de proporções e resultados desconhecidos.

Qual a alternativa para a superação da crise e a transformação da situação atual? Ou, à maneira de Lênin, “o que fazer?” desconsiderando a bizarra crença de que o capitalismo possa ser ético nas suas relações sociais (mas preservando a institucionalidade presente). Uma expansão da riqueza de forma mais simétrica entre as nações (inclusive incorporando, plenamente, os espaços não capitalistas), acompanhada de um vigoroso programa de distribuição de renda, parece ser, apenas, possível mediante a centralização gestonária dos macroprocessos sociais. Isso significa dizer que a tarefa de estabelecer padrões civilizados nas referidas relações sociais caberá ao Estado, tal como ocorrera no pós-crise 1929/1933 até 1970 —

---

<sup>3</sup> Esse fato de os capitais não criarem oportunidades de ganhos abrindo novos espaços para a expansão da produção na periferia do capitalismo explica, em grande medida, a oportunidade que se abriu para a China — que, como dissemos anteriormente, é mais um projeto de si mesma e não do capitalismo europeu ou estadunidense.

a fase mais próspera de toda a história do capitalismo. Como proceder? Pensamos ser possível através de um exercício no campo da Administração — não tanto da Administração Profissional, que vem sendo praticada há mais de um século e que desenvolveu, extraordinariamente, instrumentos operativos que levaram ao aprisionamento e à alienação do trabalhador; mas da Administração Política, capaz de desenvolver formas de gestão (concepção) mais aderentes aos interesses do nosso processo civilizatório do que aquelas que vêm sendo praticadas até o presente, fontes de conflitos e das crises cíclicas ou estruturais.

Harvey considera que a alternativa que deve ser encontrada é outra, e assim “é que o surgimento de um movimento global de correligionários se torna crítico, mas só para deter a maré de comportamentos autodestrutivos do capitalismo [. . .], mas também para a nova reorganização e para começarmos a construir novas formas organizacionais coletivas, bancos de conhecimentos e concepções mentais [. . .]”. E finaliza:

Por mais que o capital tenha nos fornecido em abundância de meios com os quais abordarmos a tarefa de transição anticapitalista, os capitalistas e seus lacaios farão de tudo ao seu alcance para evitar esse tipo de transição, não importando o quão grave a circunstância possa ser. Mas a tarefa da transição está conosco, não com os plutocratas.<sup>4</sup>

De forma mais abrangente, o filósofo britânico Perry Anderson confirma que as preocupações gestionárias do sistema organizacional capitalista sempre marcaram as preocupações dos seus principais interessados.

Direita, centro e esquerda não investiram igualmente nos mesmos assuntos ou disciplinas. Os legados clássicos do pensamento político, de Platão a Nietzsche, e as tarefas imediatas de *administrar* o mundo, nacional e internacionalmente, têm sido do maior interesse para a direita. Construções filosóficas normativas se tornaram a especialidade do centro. Investigações econômicas, sociais e culturais — do passado e do presente — dominam a produção da esquerda”.<sup>5</sup>

Seja como for, o plano da transformação nos coloca diante de duas possibilidades possíveis, a saber:

a) uma por meio de movimentos revolucionários — que embora

<sup>4</sup> Harvey (2011, p. 234).

<sup>5</sup> Perry Anderson. *Espectro*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 13.

ensejem procedimentos rápidos no alcance dos propósitos, o saldo histórico termina senão desaconselhando de todo essa via pelo menos recomenda cautela na sua adoção; b) outra possibilidade, mais de acordo com a ordem historicamente estabelecida, tem sido por meio de mudanças “consensuadas” — porém, a lentidão no aparecimento dos resultados é tão irritante que parece sugerir a ruptura como a única alternativa possível.<sup>6</sup>

Mesmo considerando que a tarefa da transformação está conosco, antes de iniciá-la, por quaisquer das alternativas apontadas, devemos perguntar aos bilhões de seres humanos que vivem em condições materiais deploráveis se estão dispostos a lutar e por qual via.

Ademais, antes de sabermos que a luta é nossa é preciso ter consciência da luta; e, para ter essa consciência, é necessário ter clareza que o capitalismo é um sistema crítico por sua natureza: tanto econômica quanto moralmente. Porém, o que acontece agora é uma crise generalizada em seu espaço vital: as finanças. É com isso que as ciências sociais têm de lidar, têm de trabalhar, com mais afinco e propósito — e não tergiversar. Duzentos anos é um tempo demasiadamente longo para se resolver qualquer problema relacionado à materialidade humana!

É esse o compromisso da **Rebap**, sempre renovado a cada edição. E não seria diferente nesta oitava edição, que tem como texto de abertura o excelente e esclarecedor trabalho do professor Fabrício Augusto de Oliveira — “A lei de responsabilidade fiscal: uma avaliação da sua trajetória e resultados” — mostrando que as razões que levaram à sua instituição está relacionada, fundamentalmente, à crise da economia capitalista e o superávit fiscal era tido como algo essencial para superá-la, estabilizar o sistema e a retomada do crescimento econômico. Em seguida, o artigo dos professores Sérgio Ricardo & Andréa da Silva — “Assentamentos rurais e a estrutura fundiária da região cacauzeira da Bahia” — mostram como é dramática a situação fundiária da região Sul da Bahia e como a política de assentamento não vem produzindo os resultados esperados dela.

Relacionado ao tema cacau, mas tratado sob outro prisma, o texto de Gilberto Wildberger de Almeida — “Gênese da economia cacauzeira e da firma Wildberger” — mostra o processo de estruturação dos grandes complexos comerciais e agroexportadores sob a batuta notadamente dos estrangeiros — no caso específico dos suíços. Saindo do rural para o urbano,

---

<sup>6</sup> Reginaldo Souza Santos. O Manifesto da Administração Política. In: Reginaldo Souza Santos (org.). *Administração política para o desenvolvimento do Brasil*. S. Paulo: Hucitec, 2010, p. 11.

João Pereira traz no documento — “O desenvolvimento urbano sob o olhar da administração política” — uma rica discussão sobre o papel do conselho das cidades na construção democrática das políticas públicas. Discussão complementar desse assunto é trazida pelo professor Fernando Ribeiro Mendes (Iseg/Utl) — “Serviço público em parceria com privados” — analisando as ricas experiências das parcerias público-privadas vividas por Portugal.

Numa perspectiva mais de conjuntura, as jovens Luiza Dantas de Souza Lima & Luiza Cláudia de Moraes em seu texto — “Uma análise acerca dos desdobramentos da crise financeira de 2008 à luz da administração política” — procuram mostrar que a crise atual tem uma relação com os equívocos cometidos na gestão das relações financeiras. Numa perspectiva mais voltada para o futuro, os professores e procuradores da República Lauro Pinto Cardoso Neto & Zélia Luíza Pierdoná — “A proteção previdenciária dos servidores públicos e a criação da previdência complementar” — analisam os passos de construção e as implicações do projeto de lei tramitado e votado pelo Congresso Nacional, criando a previdência complementar no Brasil.

Ainda no formato tradicional de apresentação de *papers*, temos o trabalho de Silvio Vanderlei Araujo — “Uma proposta para a consolidação da Administração Política” — que faz um esforço intelectual relevante na tentativa de recuperar a memória do II Encontro Nacional de Administração Política, realizado em Juazeiro do Norte (CE), em junho de 2011.

Por fim, a **Rebap**, bem a propósito que permeia sua filosofia editorial, traz, nesta edição, duas novidades: *i*) a publicação de relatórios de pesquisa, contendo resultados de pesquisa feita na Current Situation of Human Capital and Organization Development in the Impact Investment Industry: Preliminary Insights, sob a responsabilidade da professora K. C. Soares, e *ii*) a inauguração da Seção “Memórias” trazendo a última entrevista do professor e Administrador Político Rômulo Almeida, fazendo considerações inéditas acerca do papel do Estado na construção do desenvolvimento nacional brasileiro.

Esperamos que o leitor rebapiano desfrute das novidades trazidas nesta edição.

Por último, lembramos que o III Encontro Nacional de Administração Política será realizado na Rainha da Borborema, Campina Grande (PB), nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2012. Até lá, então!